



**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA PROCESSUAL – DFDP**  
**LEI Nº 14.133/2021**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025**

Em atendimento ao disposto nos artigos 5º e 6º da Lei Federal nº 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, podendo ser aplicada no âmbito Municipal diante da ausência de lei específica, procedemos a abertura do presente processo administrativo.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 95/2025.**  
**AUTUADO EM: 30/04/2025.**

- AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
- AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE
- AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS
- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
- TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Pelo presente instrumento, encaminhamos à consideração da Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores de Saquarema – IPRES este Documento de Formalização da Demanda Processual – DFDP, para apreciação.

<b>RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA PROCESSUAL</b>	<b>MATRÍCULA N.º</b>
Gabriela Alves de Araújo (Diretora de Administração e Finanças)	66176-1
<b>E-MAIL (RESPONSÁVEL)</b>	<b>TELEFONE</b>
<a href="mailto:adminfinanceiro@ipres.rj.gov.br">adminfinanceiro@ipres.rj.gov.br</a>	(22) 2651-4827
<b>IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA – DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO</b>	
Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de <b>60 (sessenta) meses</b> , prorrogável, de <i>Software</i> especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados.	
<b>JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO</b>	
A Plataforma de Gerenciamento Pró-Gestão RPPS prestará o serviço para auxiliar as unidades gestoras de regimes próprios de previdência social, na obtenção, manutenção, renovação ou alteração do nível da certificação, através do monitoramento do cumprimento das ações conforme o nível de aderência definido pela unidade gestora, em conformidade com o Manual Vigente do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS instituído pelo Ministério da Previdência.	
<b>QUANTIDADES DE ITENS/SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS/CONTRATADOS</b>	



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
IPRES – Instituto de Previdência dos Servidores  
Municipais de Saquarema



Item	Qtd.	Unid.	Especificação
01	60	Mês	Licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério de Previdência.
02	01	Unidade	Implantação
03	01	Unidade	Migração dos dados

**DATA PREVISTA PARA DISPONIBILIDADE DOS ITENS/SERVIÇOS**

Até o dia 31 de agosto de 2025.

**PRIORIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

BAIXA ( ) MÉDIA ( ) ALTA (X)

**JUSTIFICATIVA DE PRIORIDADE**

A contratação proposta é de alta prioridade por estar diretamente relacionada ao cumprimento de requisitos legais e normativos, à melhoria da governança, à continuidade de boas práticas de gestão e à consolidação da certificação no Programa Pró-Gestão. O investimento representa uma ação estratégica e indispensável para assegurar a sustentabilidade, a transparência e a credibilidade do regime previdenciário gerido.

Saquarema, 02 de junho de 2025.



Documento assinado digitalmente  
GABRIELA ALVES DE ARAÚJO  
Data/Hora: 02/06/2025 15:00h

**Responsável pela Formalização da Demanda Processual**  
**Gabriela Alves de Araújo**  
**Diretora de Administração e Finanças**  
**Matrícula nº 66176-1**

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre a apresentação da demanda e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,



Documento assinado digitalmente  
NILMAR EPAMINONDAS  
Data/Hora: 02/06/2025 15:15h  
Presidente

**Nilmar Epaminondas da Silva**  
**Presidente do IPRES**  
**Matrícula nº 9028**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**(IN SEGES nº 58 de 08/08/2022)**

Processo Administrativo nº 95/2025.

**Assunto: Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados.**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (obrigatório):**

A contratação de empresa especializada para a disponibilização de licença de uso, pelo período de 60 (sessenta) meses, de software específico voltado ao monitoramento e à gestão institucional, conforme requisitos estabelecidos no Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência, reveste-se de alta prioridade por diversos motivos técnicos, estratégicos e operacionais, conforme a seguir detalhado:

**1. Atendimento às Exigências do Programa Pró-Gestão**

O Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão estabelece critérios rigorosos para que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) alcancem, mantenham ou aprimorem seu nível de certificação. O uso de ferramentas especializadas para monitoramento contínuo, controle de indicadores, registros de conformidade e evidências de gestão é fundamental para demonstrar aderência às práticas exigidas, conforme os eixos do programa (Controle Interno, Governança Corporativa, Educação Previdenciária e Comunicação com o Segurado).

**2. Melhoria da Governança e Eficiência da Gestão Previdenciária**

A implantação do software contribuirá diretamente para a melhoria da governança, transparência e eficiência administrativa do RPPS. O sistema permitirá o acompanhamento sistemático das ações e processos, promovendo maior controle interno e mitigação de riscos, além de facilitar auditorias e avaliações externas.

**3. Urgência na Obtenção e Manutenção da Certificação**

A certificação no Pró-Gestão é um importante instrumento de qualificação institucional, influenciando positivamente a imagem do RPPS junto aos órgãos de controle, aos segurados e à sociedade. A perda ou não renovação da certificação pode acarretar prejuízos à credibilidade institucional e comprometer o acesso a benefícios previstos em normativos federais.

**4. Necessidade de Serviços Técnicos Específicos (Implantação e Migração de Dados)**

Além do licenciamento, a contratação inclui serviços essenciais de implantação e migração de dados, atividades técnicas que exigem experiência especializada para garantir a integridade, segurança e continuidade da base histórica de informações do RPPS. A ausência desses serviços comprometeria a efetividade e operabilidade do sistema.

**5. Alinhamento com Práticas de Transformação Digital e Modernização da Administração Pública**

A adoção de soluções tecnológicas robustas está alinhada às diretrizes de modernização da gestão pública, promovendo automação de processos, redução de retrabalho, melhoria na tomada de decisões e aperfeiçoamento da prestação de contas à sociedade.

**6. Prorrogação do Período de Licenciamento como Estratégia de Sustentação**



A previsão de prorrogação contratual garante a continuidade das operações e manutenção do nível de certificação ao longo do tempo, evitando descontinuidade de serviços críticos para o cumprimento das metas institucionais.

**Conclusão:**

Diante do exposto, a contratação proposta é de alta prioridade por estar diretamente relacionada ao cumprimento de requisitos legais e normativos, à melhoria da governança, à continuidade de boas práticas de gestão e à consolidação da certificação no Programa Pró-Gestão. O investimento representa uma ação estratégica e indispensável para assegurar a sustentabilidade, a transparência e a credibilidade do regime previdenciário gerido.

**2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:**

Previstos no Modelo de Negócio – Plataforma de Gerenciamento Pró-Gestão RPPS, anexo a este ETP. Bem como:

A presente contratação tem por objeto a disponibilização de licença de uso, pelo período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento institucional, com foco na obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação previsto no Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência, incluindo também os serviços de implantação, parametrização, treinamento e migração de dados históricos.

**1. Requisitos Necessários e Suficientes à Escolha da Solução**

A solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos funcionais e técnicos:

- **Adequação plena ao Manual do Pró-Gestão**, contemplando os eixos temáticos: Controle Interno, Governança Corporativa, Educação Previdenciária e Comunicação com o Segurado;
- Módulos para **monitoramento de conformidade**, gestão documental, gestão de riscos e controle de indicadores;
- Funcionalidade para **inserção, armazenamento e atualização de evidências de cumprimento dos critérios do Pró-Gestão**, com possibilidade de exportação de relatórios e geração de histórico de ações;
- Interface amigável, responsiva e compatível com os principais navegadores web;
- **Acesso multiusuário** com perfis distintos (administração, auditoria, usuários setoriais etc.);
- **Serviços de implantação**, incluindo levantamento de requisitos, personalização, capacitação dos usuários e migração dos dados legados do sistema atualmente em uso;
- Suporte técnico e atualizações corretivas e evolutivas durante toda a vigência contratual.

**2. Critérios de Sustentabilidade**

A contratação observará as práticas e critérios de sustentabilidade previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019**, e em demais normativos pertinentes, incluindo:

- Preferência por soluções **baseadas em nuvem (cloud computing)**, reduzindo a necessidade de



infraestrutura física, consumo energético e descarte de hardware;

- Redução do uso de papel e insumos físicos, promovendo a **digitalização de processos** e documentação eletrônica;
- Incentivo à adoção de ferramentas que possibilitem o **trabalho remoto e reuniões virtuais**, contribuindo para a diminuição de deslocamentos e emissões de carbono.

### 3. Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

- Garantia de **disponibilidade mínima do sistema de 98% ao mês**, com plano de continuidade de serviços e recuperação de desastres (Disaster Recovery);
- Atendimento aos padrões de segurança da informação previstos na **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)**, inclusive com registros de logs de acesso e controle de permissões;
- Entrega de manuais e documentação técnica atualizada, em português;
- Prazos máximos para atendimento técnico: **24 horas para correções críticas e até 72 horas para ajustes não emergenciais**;
- Possibilidade de auditoria e verificação dos registros gerados pelo sistema, com trilhas de auditoria e backups regulares.

### 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.



## 1. Levantamento de Mercado

Com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis no mercado que atendam às exigências do **Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência**, foi realizado um levantamento junto a fornecedores, portais de compras públicas e pesquisas em plataformas especializadas. A análise permitiu verificar a existência de soluções desenvolvidas por empresas especializadas em sistemas de gestão e monitoramento para Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com foco específico nos critérios e eixos exigidos pelo programa.

Foram identificadas, em síntese, três modalidades de solução disponíveis no mercado:

- **Soluções genéricas de gestão pública ou ERP adaptáveis;**
- **Desenvolvimento interno de software próprio;**
- **Softwares especializados já aderentes ao Programa Pró-Gestão, comercializados sob o modelo SaaS (Software as a Service).**

## 2. Análise das Alternativas Possíveis

Alternativa	Vantagens	Desvantagens	
1. ERP genérico ou solução de gestão pública ampla	Integração com outras áreas da gestão pública	Exige altos níveis de customização; não atende diretamente aos critérios do Pró-Gestão	
2. Desenvolvimento interno	Solução 100% sob demanda; controle total da aplicação	Elevado custo de desenvolvimento e manutenção; maior tempo de entrega; risco de descontinuidade	
3. Software especializado e aderente ao Pró-Gestão	Pronto para uso; já parametrizado conforme o manual do programa; suporte técnico especializado	Requer contratação de licença e serviços vinculados a fornecedores específicos	

## 3. Justificativa Técnica da Escolha

Dentre as alternativas analisadas, a **contratação de software especializado e aderente ao Programa Pró-Gestão** revela-se a **solução tecnicamente mais adequada**, por apresentar:

- Aderência total e comprovada aos **requisitos e práticas exigidas no Manual do Pró-Gestão**, dispensando grandes customizações;
- **Experiência prévia dos fornecedores** com RPPS em diferentes entes federativos, com histórico de sucesso em obtenção e manutenção de certificações;
- Rapidez na **implantação e operacionalização** da ferramenta, com menor curva de aprendizado;
- Estrutura tecnológica robusta, com suporte contínuo, atualizações e escalabilidade.

## 4. Justificativa Econômica da Escolha

Do ponto de vista econômico, a adoção de um software já consolidado no mercado e ofertado no modelo SaaS (**licenciamento por tempo determinado**) oferece melhor **relação custo-benefício**, ao considerar:

- **Eliminação de investimentos iniciais elevados** (infraestrutura, desenvolvimento, manutenção própria);



- **Previsibilidade de custos** ao longo dos 60 meses de vigência contratual;
- Possibilidade de **prorrogação contratual**, assegurando continuidade e estabilidade da solução;
- Redução de despesas indiretas, como retrabalho, perda de evidências e falhas de auditoria, que podem impactar negativamente a certificação.

#### Conclusão

Com base na análise técnica e econômica realizada, a contratação de empresa especializada para fornecimento de **software já validado no mercado, compatível com o Programa Pró-Gestão**, mediante licença de uso por 60 (sessenta) meses, incluindo os serviços de implantação e migração de dados, configura-se como a **melhor alternativa disponível**, por aliar:

- Conformidade normativa;
- Eficiência operacional;
- Sustentabilidade da solução;
- Otimização de recursos públicos.

Essa escolha assegura maior efetividade na gestão previdenciária e na consolidação da certificação institucional, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

A presente contratação, a ser realizada por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, tem como objeto a disponibilização de licença de uso de software especializado em monitoramento institucional por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, incluindo os serviços de implantação, parametrização, treinamento de usuários e migração de dados, conforme diretrizes estabelecidas pelo Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência.

A solução será fornecida por empresa detentora de atestado de exclusividade, devidamente comprovado, sendo, portanto, única representante legal e autorizada a comercializar, implantar e prestar suporte técnico ao software objeto da contratação.

#### Componentes da Solução

A solução contratada compreenderá os seguintes componentes:

##### 1. Software Especializado

- Sistema 100% web, responsivo, com acesso via navegador, sem necessidade de instalação local;
- Módulos voltados à **gestão dos eixos do Pró-Gestão**: Governança Corporativa, Educação Previdenciária, Controle Interno e Comunicação com o Segurado;
- Funcionalidades para:



- Registro, acompanhamento e controle de evidências de conformidade;
- Emissão de relatórios gerenciais e técnicos;
- Gestão de planos de ação e não conformidades;
- Controle de indicadores de desempenho;
- Geração de trilhas de auditoria.

## 2. Implantação e Parametrização

- Customização inicial do sistema conforme a estrutura organizacional do RPPS;
- Definição de perfis de usuários e fluxos internos;
- Parametrização de metas, indicadores e práticas exigidas pelo Pró-Gestão;
- Planejamento e execução da **migração dos dados históricos** e documentos digitais da solução anterior (quando existente), com garantia de integridade.

## 3. Capacitação de Usuários

- Treinamento remoto ou presencial (a depender da conveniência da Administração);
- Disponibilização de manuais do usuário e vídeos tutoriais;
- Suporte durante o período inicial de operação assistida.

## Manutenção e Assistência Técnica

A contratada deverá prestar, durante toda a vigência do contrato, os seguintes serviços de **manutenção e suporte técnico**, sem ônus adicional para a Administração:

- **Manutenção corretiva:** correção de falhas, erros ou anomalias detectadas no funcionamento do software;
- **Manutenção evolutiva:** atualizações relacionadas a melhorias, novos requisitos do Manual do Pró-Gestão ou alterações legais que impactem a estrutura da certificação;
- **Atendimento técnico remoto**, com prazos máximos:
  - Até **24 horas úteis para falhas críticas** (que impeçam o uso do sistema);
  - Até **72 horas úteis para demais solicitações**;
- Disponibilização de **canal de suporte (help desk)** por e-mail, telefone ou sistema próprio;
- Atualizações automáticas e sem interrupção nos serviços contratados.

## Sustentação e Garantia de Continuidade

- Hospedagem segura em ambiente de nuvem (cloud computing), com **alta disponibilidade (mínimo de 98% mensal)**;
- Execução de **backups automáticos periódicos**, com retenção mínima de 30 dias;
- Garantia de **conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, com gestão de



perfis e rastreamento de acessos (logs);

- Em caso de término contratual, a empresa deverá garantir a **exportação integral dos dados em formato aberto e estruturado**, para fins de continuidade e auditoria.

### Conclusão

A solução proposta garante o atendimento integral às exigências técnicas do Programa Pró-Gestão, com confiabilidade, suporte contínuo, segurança da informação e aderência comprovada. A contratação por inexigibilidade é plenamente justificada pelo **atestado de exclusividade apresentado**, configurando-se como a **única solução viável no mercado para atender de forma plena e imediata à necessidade da Administração**.

**5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (obrigatório):**

Item	Qtd.	Unid.	Especificação
01	60	Mês	Licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério de Previdência.
02	01	Unidade	Implantação
03	01	Unidade	Migração dos dados

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (obrigatório):**



Item	Qtd.	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	60	Mês	Licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério de Previdência.	R\$4.000,00	R\$240.000,00
02	01	Unidade	Implantação	R\$4.000,00	R\$4.000,00
03	01	Unidade	Migração dos dados	R\$0,00	R\$0,00
				<b>VALOR GLOBAL</b>	<b>R\$244.000,00</b>

Valor Anual (12 meses) de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

**7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO  
(obrigatório):**

Não se aplica o parcelamento da contratação.

**8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Não aplicável ao presente caso.

**9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE  
CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO  
COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU  
ENTIDADE:**

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, que está em consonância com o seu orçamento anual.  
**Dotação Orçamentária nº 3.3.90.39.99.00.00 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) ou outra dotação a ser definida pelo Setor Contábil.**

**10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE  
ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS  
HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:**

A contratação de empresa detentora de atestado de exclusividade para a disponibilização de licença de uso de software especializado, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, prorrogável, com os devidos serviços de implantação, migração de dados e suporte técnico, visa proporcionar resultados concretos e mensuráveis à Administração Pública, sobretudo nos seguintes aspectos:

**1. Economicidade**

A escolha por uma solução especializada, fornecida por empresa exclusiva, assegura:

- **Eliminação de gastos com desenvolvimento interno** ou adaptação de sistemas genéricos, que demandariam tempo, equipe técnica, validações e testes complexos;
- **Redução de custos operacionais indiretos**, ao permitir maior controle dos processos e indicadores relacionados ao Programa Pró-Gestão, evitando retrabalho, sanções e perda de



certificações;

- **Previsibilidade orçamentária:** a contratação no modelo de licença com valor fixo mensal evita surpresas financeiras, permitindo planejamento eficiente dos recursos;
- **A inexistência de concorrência viável,** atestada formalmente, reforça que a contratação direta é a medida de menor custo e maior eficiência, evitando licitação infrutífera ou inadequada.

## 2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

A implantação do software contribuirá para:

- **Automatização de processos manuais** relacionados ao monitoramento, documentação e evidência das ações exigidas pelo Pró-Gestão;
- **Redução da carga de trabalho dos servidores,** que poderão focar em atividades estratégicas, como análise de desempenho, planejamento e melhoria contínua da gestão;
- **Aprimoramento da gestão do conhecimento,** com centralização de informações e histórico institucional estruturado e acessível;
- **Capacitação técnica da equipe,** com treinamentos e suporte oferecidos pela contratada, o que promove desenvolvimento contínuo e maior autonomia operacional.

## 3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais e Tecnológicos

- **Dispensa de aquisição e manutenção de servidores próprios,** tendo em vista que a solução será ofertada em nuvem (cloud computing), o que reduz consumo de energia, espaço físico e infraestrutura local;
- **Melhoria na organização da documentação institucional,** com armazenamento digital e seguro das evidências e práticas do Pró-Gestão;
- **Acesso remoto e seguro,** que contribui para o uso racional dos recursos físicos e permite o trabalho em regime híbrido, quando aplicável.

## 4. Resultados Estratégicos Esperados

- **Manutenção e melhoria do nível de certificação do RPPS,** com impacto direto na credibilidade institucional e na conformidade com as exigências do Ministério da Previdência;
- **Fortalecimento da governança, do controle interno e da transparência,** conforme eixos estruturantes do Pró-Gestão;
- **Redução de riscos institucionais,** inclusive de apontamentos por órgãos de controle, auditorias e tribunais de contas;
- **Consolidação da gestão por evidências,** com base em informações qualificadas, estruturadas e auditáveis.



**Conclusão:**

A contratação, além de atender plenamente aos requisitos técnicos do Programa Pró-Gestão, proporciona um **elevado retorno institucional** com **baixo custo relativo**, otimizando os recursos públicos de forma estratégica, sustentável e eficiente. A escolha por fornecedor exclusivo evita desperdícios com tentativas de adaptação ou desenvolvimento próprio e assegura a entrega de uma solução madura, testada e eficaz desde o primeiro momento.

**11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TAIS COMO ADAPTAÇÕES NO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS, OUTORGAS OU AUTORIZAÇÕES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:**

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito do Instituto. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda o Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, que regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Saquarema, se for o caso.

O Setor requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato, se for o caso. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital, caso aplicável;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato, caso aplicável;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica e controle interno;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados, caso aplicável;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos, caso aplicável;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas, caso aplicável;
- j) realização de empenho; e
- k) assinatura e publicação do contrato, caso aplicável.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS**



## E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:

A contratação em questão refere-se à licença de uso de software em ambiente digital (modelo SaaS – Software as a Service), com serviços correlatos como implantação, suporte e migração de dados. Por tratar-se de uma solução essencialmente virtual, os impactos ambientais diretos são mínimos quando comparados a aquisições de bens físicos. No entanto, algumas medidas sustentáveis foram previstas para mitigar eventuais externalidades e assegurar aderência à legislação ambiental e às boas práticas de sustentabilidade na Administração Pública.

### 1. Impactos Ambientais Potenciais

Apesar da natureza predominantemente digital, a solução pode envolver, ainda que de forma indireta, os seguintes aspectos ambientais:

- Consumo de energia elétrica em datacenters e nos dispositivos dos usuários;
- Utilização de equipamentos eletrônicos (notebooks, computadores, roteadores etc.);
- Geração de resíduos eletrônicos no médio e longo prazo, devido à modernização dos equipamentos utilizados pelo órgão.

### 2. Medidas Mitigadoras e Sustentáveis

Para mitigar ou compensar os impactos citados, serão adotadas as seguintes **práticas e exigências ambientais**:

- **Utilização de tecnologia em nuvem (cloud computing)**, o que dispensa a instalação de servidores locais, reduzindo consumo de energia, climatização e manutenção de infraestrutura física;
- **Requisito de eficiência energética dos datacenters** da contratada, com certificações reconhecidas (como ISO 50001, LEED, ou equivalente) sempre que possível;
- Incentivo ao **uso racional dos recursos tecnológicos** pela Administração, com foco no trabalho remoto e digitalização de processos, minimizando deslocamentos e impressões;
- **Eliminação da necessidade de aquisição de bens físicos** relacionados à solução contratada, evitando geração de resíduos sólidos e redução do ciclo de consumo;
- Preferência pela realização de **suporte técnico e capacitações de forma remota**, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

### 3. Logística Reversa e Desfazimento de Bens

Considerando que a contratação não contempla a aquisição de equipamentos físicos ou insumos materiais, **não se aplica a exigência de logística reversa direta** no contrato em questão.

Entretanto, caso haja substituição de equipamentos de TI pela Administração como consequência indireta do uso contínuo do sistema, deverá ser observada a **Política de Logística Reversa prevista na Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2021**, com:

- Encaminhamento dos bens obsoletos a cooperativas, programas de condicionamento ou



descarte adequado via convênios existentes;

- Registro formal da destinação ambientalmente correta por meio dos sistemas patrimoniais da Administração.

### Conclusão

A contratação de software em nuvem com suporte remoto configura-se como uma **alternativa ambientalmente sustentável**, promovendo:

- **Baixo consumo de recursos naturais;**
- **Redução de resíduos** e emissões de carbono;
- **Desmaterialização de processos administrativos;**
- Adoção de práticas alinhadas com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e com a **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)**.

Tais medidas garantem a adequação ambiental do objeto contratado e o compromisso institucional com a sustentabilidade pública.

### **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório):**

Após análise técnica e administrativa dos elementos que compõem a presente demanda, conclui-se que a contratação de empresa especializada para disponibilização de licença de uso de software específico, por 60 (sessenta) meses, prorrogável, com serviços de implantação, migração de dados e suporte técnico, está plenamente adequada à necessidade institucional da unidade gestora, na medida em que:

- Atende integralmente aos **requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pelo Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência**, instrumento fundamental para assegurar a conformidade e o aprimoramento contínuo da gestão previdenciária;
- Representa a **única alternativa viável no mercado**, conforme demonstrado por meio de **atestado de exclusividade apresentado pela empresa fornecedora**, o que inviabiliza a competição e caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação nos termos da **Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso I**, que assim dispõe: *Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I – para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;*
- A documentação comprobatória de exclusividade está devidamente atualizada e emitida por entidade legalmente habilitada;
- A solução apresenta custo previsível, economicidade comprovada e baixo impacto ambiental, conforme demonstrado no levantamento de mercado, estudo técnico preliminar e demais



documentos anexos ao processo;

- Garante segurança jurídica e aderência à legislação vigente, com foco na eficiência administrativa, continuidade dos serviços e sustentabilidade institucional.

**Conclusão:**

Diante do exposto, considera-se adequada e justificável a **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE, COM BASE NO ART. 74, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021, TENDO EM VISTA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO DEVIDAMENTE COMPROVADA POR MEIO DE ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE VÁLIDO**, aliado à capacidade técnica da empresa em fornecer solução compatível com as exigências do Programa Pró-Gestão, contribuindo de forma decisiva para o alcance dos objetivos institucionais da Administração Pública.

Saquarema, 02 de junho de 2025.



Documento assinado digitalmente  
GABRIELA ALVES DE ARAÚJO  
Data/Hora: 02/06/2025 15:00h

**Responsável pela Formalização da Demanda Processual  
Gabriela Alves de Araújo  
Diretora de Administração e Finanças  
Matrícula nº 66176-1**

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre este Estudo Técnico Preliminar e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,



Documento assinado digitalmente  
NILMAR EPAMINONDAS  
Data/Hora: 02/06/2025 15:15h  
Presidente

**Nilmar Epaminondas da Silva  
Presidente do IPRES  
Matrícula nº 9028**



**ANÁLISE DE RISCOS (LEI Nº 14.133/2021)**  
**Processo Administrativo nº 95/2025**

**RISCO 01**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Ausência da formalização da demanda ou documento incompleto, gerando uma possível contratação que não atende aos objetivos institucionais.

Ação Preventiva: Área requisitante deve iniciar o processo por meio do preenchimento do “Documento de Formalização de Demanda Processual (DFDP)”, conforme modelo próprio disponibilizado.

Responsável: Setor requisitante.

Ação de Contingência: Equipe de planejamento da contratação devolve o processo à área requisitante para elaborar ou complementar o DFDP, quando necessário. Somente após isso inicia o planejamento da contratação.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

**RISCO 02**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Contratação sem a realização de estudos técnicos preliminares, trazendo prejuízos para a Administração em virtude da possibilidade de desperdício de recursos públicos, impossibilidade de contratação ou especificações indevidas.

Ação Preventiva: Os Estudos Técnicos Preliminares devem ser realizados e adequados para cada tipo de contratação.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

Ação de Contingência: O processo de contratação que não contenha o Estudo Técnico Preliminar não deve ser aprovado.

Responsáveis: Diretoria Executiva.



### **RISCO 03**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Os servidores indicados pelo requisitante para compor a equipe de planejamento não possuem capacidade técnica para executar as tarefas inerentes a fase de planejamento da contratação.

Ação preventiva: O responsável pela demanda escolhe servidores com perfil adequado para atuarem no planejamento da contratação.

Responsável: Setor requisitante.

Ação de contingência: O servidor indicado pela Diretoria de Planejamento das Contratações para compor a equipe de planejamento da contratação envia e-mail ou ofício ao responsável pela demanda com cópia para a Diretoria de Planejamento das Contratações, solicitando que seja indicado outro servidor para colaborar no planejamento da contratação.

Responsáveis: Servidores indicados pela Diretoria Executiva.

### **RISCO 04**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Dificuldades de comunicação com a unidade requisitante, provocando atrasos na elaboração dos documentos obrigatórios na fase de planejamento da contratação, ou produzindo documentos que não atendem as especificações do objeto e a legislação vigente.

Ação preventiva: O servidor da equipe de planejamento da contratação indicado pela Diretoria de Planejamento das Contratações recebe a demanda e inicia imediatamente a comunicação com os membros indicados pela unidade requisitante, utilizando-se de diversos canais, como e-mail e aplicativos de mensagens, inclusive formando grupos de conversas para facilitar a comunicação e a condução dos trabalhos.

Responsáveis: Servidores da equipe de planejamento da contratação indicados pela Diretoria Executiva.

Ação de Contingência: O servidor indicado pela Diretoria de Planejamento das Contratações para compor a equipe de planejamento contata diretamente os demais membros da equipe pessoalmente ou via telefone, e enfatiza a importância do planejamento e da execução das tarefas inerentes a esta etapa do processo de contratação, e caso não seja possível fazer contato ou o alerta não seja eficaz, deverá ser formalizada reclamação junto aos superiores dos servidores negligentes, com o conhecimento da Diretoria de Planejamento das Contratações.

Responsáveis: Servidores da equipe de planejamento da contratação indicados pela Diretoria Executiva.



### **RISCO 05**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Erro na especificação do objeto com chances de comprometer a finalidade da contratação.

Ação preventiva: Consultar contratações similares e fazer uma revisão crítica do Estudo Técnico Preliminar.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

Ação de contingência: Cancelamento/Revogação da licitação para republicação do edital.

Responsável: Diretoria de Administração e Finanças.

### **RISCO 06**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Justificativa da contratação não é explicitada em nível de detalhe adequado, levando a dificuldade dos atores envolvidos de justificar a contratação quando questionados. (ex: por cidadãos, comunidade interna, órgãos de controle etc.). Ofensa ao princípio da motivação dos atos administrativos.

Ação preventiva: Reunião e sistematização de todas as justificativas referentes ao serviço a ser contratado no Documento de Formalização de Demanda.

Responsável: Setor requisitante.

Ação de contingência: Publicação dos Estudos Técnicos Preliminares na Internet, no próprio site do Instituto, garantindo o acesso às informações a qualquer cidadão interessado, de acordo com o princípio da publicidade expresso no caput do art. 37 da CF e atender a solicitação de informações, fornecendo as justificativas e elucidando as dúvidas do interessado.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 07**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto



Dano: Demora nas análises administrativa e jurídica, causando atraso na efetivação da contratação.

Ação preventiva: Encaminhar os autos para análises administrativa e jurídica com amplo prazo da data programada para a Contratação, cumprindo as determinações da gestão do IPRES e seguindo os procedimentos estabelecidos nas normas internas, bem como na legislação vigente.

Responsáveis: Equipe de planejamento, setor requisitante e Diretoria Executiva.

Ação de contingência: Avaliar a possibilidade de contratação emergencial.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 08**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: ( ) Baixa (x) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Existência de outras demandas prioritárias de contratações, podendo causar atraso nesta contratação ou impedir que a mesma seja efetivada.

Ação preventiva: Definir cronograma de trabalho geral do setor de Planejamento das Contratações.

Responsável: Diretoria de Administração e Finanças

Ação de contingência: Priorizar ou delegar a atividade às chefias de divisões.

Responsável: Diretoria Executiva.

### **RISCO 09**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Atraso nos trabalhos em razão de ausências ou afastamentos dos servidores envolvidos nesta contratação.

Ação preventiva: Planejar as ausências regulamentares dos servidores. Designar titulares e substitutos para as atividades (ainda que informalmente).

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Redistribuir os trabalhos.

Responsáveis: Diretoria Executiva.



## **RISCO 10**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Pesquisa de preços ineficiente, que não consegue traduzir a realidade dos preços praticados no mercado, podendo levar a uma licitação deserta/fracassada ou em um contrato superfaturado ou inexecutável.

Ação preventiva: Manter a pesquisa de preços atualizada, utilizar as mais diversas fontes de preços e seguir os normativos vigentes aplicáveis à pesquisa de mercado, utilizando a mediana dos preços obtidos sempre que a pesquisa coletar orçamentos com valores discrepantes.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Refazer e revalidar a pesquisa de mercado, sempre com um olhar crítico sobre a pesquisa anterior para não repetir os erros.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

## **RISCO 11**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: ( )Baixa ( )Média (x)Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Não atendimento da demanda no prazo necessário, prejudicando o andamento das atividades institucionais.

Ação preventiva: Finalizar a fase de planejamento da contratação com pelo menos 45 dias de antecedência para o início previsto da prestação do serviço.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Providenciar o mais rápido possível o envio do processo à Divisão de Licitação após a análise jurídica do mesmo, alertando sobre a urgência e a necessidade da contratação.

Responsáveis: Diretoria Executiva



## **RISCO 12**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Não atendimento às recomendações do parecer jurídico sem justificativa, possibilitando apontamentos pelos órgãos de controle e processo administrativo de responsabilização aos agentes públicos.

Ação preventiva: É imprescindível analisar o parecer jurídico, adotando as providências e realizando os ajustes necessários para o prosseguimento do processo de contratação.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Detectada alguma divergência o processo deve ser enviado para a autoridade competente para que sejam adotadas providências cabíveis objetivando sempre o atendimento integral da legislação vigente e das recomendações dos órgãos de controle.

Responsáveis: Diretoria Executiva

## **RISCO 13**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Contratação de serviços que envolvam vedações constantes no Decreto nº 9.507/2018 para execução indireta.

Ação preventiva: Verificar se a contratação se enquadra nas vedações do Decreto nº 9.507/2018, e restando dúvida, a equipe de planejamento deve solicitar ao setor requisitante a realização de diligências para a comprovação da possibilidade de execução indireta.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Suspensão do processo e encaminhamento para consulta da Procuradoria Jurídica.

Responsáveis: Diretoria Executiva



### **RISCO 14**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo (x)Médio ( )Alto

Dano: Falha na condução do processo licitatório.

Ação preventiva: Leitura prévia, conferência prévia do processo, normatização dos procedimentos referentes à operacionalização, suporte administrativo, auxiliando e esclarecendo as dúvidas do Agente de Contratação e capacitação.

Responsáveis: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Suspensão para saneamento das falhas e retorno com invalidação dos atos insanáveis.

Responsável: Diretoria Executiva.

### **RISCO 15**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Pedidos de esclarecimentos/impugnações ao edital que alterem o Instrumento Convocatório, gerando gastos excessivos com publicidade e atrasando a contratação.

Ação preventiva: Elaborar um Edital e um Termo de Referência observando o contido no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Análise de Riscos, que de um lado contemplem às necessidades da Administração do IPRES, e de outro, estejam de acordo com a realidade de mercado, sendo o seu objeto técnica e economicamente executável/viável, além de atender a legislação vigente.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Ajuste e republicação do edital e seus anexos.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.



## **RISCO 16**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: ( )Baixa ( )Média (x)Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Licitação deserta/fracassada, exigindo o retrabalho em função da necessidade de reavaliação dos critérios de Contratação, causando atraso na efetivação da mesma.

Ação preventiva: Divulgação ampla da licitação, além do sistema de compras governamentais, com envio de correio eletrônico às empresas prestadoras do serviço, bem como realizar uma ampla pesquisa de mercado para referenciar o preço.

Responsáveis: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Republicação da licitação e ampliação da divulgação do edital, com convite direto às empresas que apresentaram orçamento na pesquisa de preços e às empresas contratadas de outros órgãos.

Responsáveis: Chefe de Comissão de Licitação.

## **RISCO 17**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Melhor proposta obtida acima do valor de referência, gerando uma licitação fracassada.

Ação preventiva: Elaboração precisa do valor de referência por meio de consulta a uma ampla fonte de dados.

Responsáveis: Equipe de Planejamento.

Ação de contingência: Negociação do valor com as licitantes.

Responsáveis: Comissão de Licitação.



### **RISCO 18**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Não aceite de proposta/inabilitação de licitante com potencial de provocar atraso na contratação.

Ação preventiva: Adequar corretamente as condições de habilitação ao objeto do contrato.

Responsável: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Convocação do próximo licitante.

Responsáveis: Chefe da Comissão de Licitação.

### **RISCO 19**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Apresentação de recurso com potencial de gerar atraso na contratação.

Ação preventiva: Adequada Instrução Processual e uma boa condução do certame.

Responsáveis: Equipe de Planejamento.

Ação de contingência: Reabertura do certame com aproveitamento de todos os atos não comprometidos.

Responsável: Chefe da Comissão de Licitação.

### **RISCO 20**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo (x)Médio ( )Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**



Dano: Consequência da participação de empresas “aventureiras” no processo de licitação.

Ação preventiva: Edital contendo às sanções para os comportamentos tipificados na lei.

Responsável: Equipe de Planejamento.

Ação de contingência: Pregoeiro inicia processos administrativos para investigar e punir os responsáveis.

Responsável: Chefe da Comissão de Licitação.

### **RISCO 21**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Elementos básicos do contrato não estão claros de maneira uniforme para as partes, levando a diferenças de entendimentos e expectativas entre as mesmas, podendo atrasar a execução do serviço.

Ação preventiva: Previsão no contrato do modelo de execução do objeto, com todas as informações relevantes necessárias, disposição de forma clara das obrigações da contratada e contratante previstas no modelo de execução do objeto.

Responsável: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Reunião, com a presença das partes interessadas, para esclarecer os pontos do contrato.

Responsáveis: Fiscal do Contrato/Divisão de Contratos.

### **RISCO 22**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Ausência de procedimentos formais de comunicação entre as partes (contratada e contratante), levando a falhas na comunicação e ausência de evidências das ocorrências do contrato, causando retardo e falhas na execução do contrato.



Ação preventiva: Incluir no Termo de Referência a definição de protocolo de comunicação entre o contratante e o contratado ao longo da execução contratual, viabilizando dessa forma a comunicação fluente entre as partes, preferencialmente por meio dos canais disponíveis na rede mundial de computadores.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

Ação de contingência: Realização de Termo Aditivo no contrato para prever os mecanismos de comunicação.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

### **RISCO 23**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: Baixa Média Alta

Impacto: Baixo Médio Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Selecionar empresas sem qualificação adequada para a execução do objeto.

Ação preventiva: Inclusão no Termo de Referência de exigências de qualificação econômico/financeira e técnica compatível com a complexidade do objeto a ser contratado.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

Ação de contingência: Rescindir o contrato e planejar uma nova contratação com empresas especializada no serviço, que atenda a demanda e a legislação vigente.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 24**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: Baixa Média Alta

Impacto: Baixo Médio Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Descontinuidade na prestação dos serviços.

Ação preventiva: Priorizar o processo licitatório visando contratar empresa especializada na prestação do serviço, com vasta experiência em sua área de atuação, considerando a compatibilidade com a legislação vigente.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.



Ação de contingência: Contratar empresa para exigir continuidade do serviço e aplicar as sanções previstas em contrato caso a prestação do serviço não seja retomada, e rescindir o contrato quando as sanções não surtirem o efeito desejado pela Administração Autárquica, iniciando um novo planejamento para efetivar uma contratação que atenda a demanda e a legislação vigente.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

### **RISCO 25**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: ( ) Baixo () Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Serviços sendo prestados de forma que não abrangem todas as necessidades do IPRES.

Ação preventiva: Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

Ação de contingência: Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório, ou convocação da segunda colocada na hipótese de ter sido criado cadastro reserva no Pregão.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

### **RISCO 26**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: ( ) Baixo () Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Intempestividade no fornecimento dos serviços gerando perdas financeiras.

Ação preventiva: Elaboração de contrato contendo as sanções para os comportamentos tipificados na Lei.

Responsável: Fiscal dos Contratos

Ação de contingência: Fiscalização efetiva com mecanismos de controle adequados e abertura de processo administrativo para investigar e punir os responsáveis.

Responsáveis: Equipe de fiscalização técnica e administrativa.



### **RISCO 27**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual. Recebimento do objeto diverso do que foi contratado.

Ação preventiva: Estabelecimento de listas de verificação para os aceites provisórios e definitivos do serviço.

Responsável: Divisão de Contratos.

Ação de contingência: Acompanhamento efetivo da prestação dos serviços para evitar irregularidades/danos à imagem da Autarquia e prejuízo ao público atendido.

Responsável: Fiscal do Contrato

### **RISCO 28**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Fiscalização deficiente e conflito de funções na fiscalização dos contratos.

Ação preventiva: Oferta de capacitação aos gestores e fiscais dos contratos e incentivo a consulta e leitura de manuais e outros instrumentos de orientação.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

Ação de contingência: Abertura de processo administrativo para investigar e punir os fiscais responsáveis pela fiscalização em caso de constatação de irregularidades nos procedimentos elencados nas normas internas e legislação vigente.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 29**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto



**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Contratação não atende à legislação vigente do objeto contratado.

Ação preventiva: Análise dos requisitos legais na fase de planejamento da contratação.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

Ação de contingência: Adequação do contrato com a legislação vigente e atendimento irrestrito das solicitações expedidas pelos órgãos de controle.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

**CONCLUSÕES**

29 (vinte e nove) riscos analisados (mapeados), com as suas respectivas ações preventivas e de contingência.

Saquarema, 02 de junho de 2025.



Documento assinado digitalmente  
GABRIELA ALVES DE ARAÚJO  
Data/Hora: 02/06/2025 15:00h

**Responsável pela Formalização da Demanda Processual**  
**Diretora de Administração e Finanças**  
**Gabriela Alves de Araújo**  
**Matrícula nº 66176-1**

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre a apresentação da Análise de Riscos e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,



Documento assinado digitalmente  
NILMAR EPAMINONDAS  
Data/Hora: 02/06/2025 15:15h  
Presidente

**Nilmar Epaminondas da Silva**  
**Presidente do IPRES**  
**Matrícula nº 9028**



## PESQUISA DE PREÇOS

(Artigo 23, §1º Lei nº 14.133/2021)

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES.

Processo Administrativo nº: 95/2025.

Assunto: Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):  <b>Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.</b>
Não se aplica.
II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:  <b>Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.</b>
Não se aplica.
III – utilização de dados de pesquisa publicada em <u>mídia especializada</u> , de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de <u>sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo</u> , desde que contenham a data e hora de acesso:  <b>Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.</b>
Não se aplica.
IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante <u>solicitação formal de cotação</u> , desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital:



**Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.**

Não se aplica.

**V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento:**

**Obs.: Para as contratações diretas por Inexigibilidade, solicitar documentos fiscais dos cursos ministrados pelo fornecedor ou serviços realizados (de preferência com o mesmo tema/objeto), para outros órgãos ou instituições da Administração Pública, emitidos no período de até 01 (um) ano, a fim de verificar se os preços ofertados para o IPRES estão em conformidade com os praticados nas demais entidades/órgãos públicos.**

Foram solicitados os referidos documentos, tendo por base o caput do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia, conforme *e-mail* e documentos anexos a esta Pesquisa de Preços, com a justificativa da empresa.

### **Anexo A - Tabela de Preços**

A definição dos valores da franquia mensal, implantação e migração dos dados, ocorrerá mediante classificação prévia pela Nexa Soluções, considerando o nível de aderência das unidades gestoras, prazo da última certificação, porte do instituto, volume de recursos, quantidade de segurados e membros dos órgãos colegiados, sendo distribuídos conforme grupos a seguir.

Grupo	Nível de Aderência	Franquia Mensal	Taxa Única de Implantação	Valor da Migração dos Dados (opcional)
I	I e II	R\$2.000,00 a R\$8.000,00	Equivalente ao valor da primeira mensalidade.	R\$2.000,00 a R\$8.000,00
II	III e IV	R\$8.001,00 a R\$20.000,00		R\$8.001,00 a R\$20.000,00

**Tabela 1: Valores referenciais de acordo com os parâmetros de precificação.**

Saquarema, 03 de junho de 2025.



**Taylane Moreira Alves**  
**Assessora Administrativa**  
**Matrícula nº 9023/IPRES**  
**Setor de Pesquisa de Preços**



### JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Nos termos do artigo 72, inciso VII da Lei nº 14.133/2021 que trata da instrução do processo de contratação direta de **INEXIGIBILIDADE**, o preço do item objeto deste processo licitatório está em consonância com o que dispõe o artigo 23, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia, ou seja, está compatível com os valores praticados pelo mercado, da **NEXA SOLUÇÕES** com outros entes públicos.

Item	Qtd.	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	60	Mês	Licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério de Previdência.	R\$4.000,00	R\$240.000,00
02	01	Unidade	Implantação	R\$4.000,00	R\$4.000,00
03	01	Unidade	Migração dos dados	R\$0,00	R\$0,00
				<b>VALOR GLOBAL</b>	<b>R\$244.000,00</b>

Valor anual (12 meses): R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Saquarema, 03 de junho de 2025.



Documento assinado digitalmente  
**TAYLANE MOREIRA ALVES**  
Data/Hora: 03/06/2025 11:09h  
Assessor Administrativo

**Taylane Moreira Alves**  
**Assessora Administrativa**  
**Matrícula nº 9023/IPRES**  
**Setor de Pesquisa de Preços**



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
IPRES - Instituto de Previdência dos Servidores  
Municipais de Saquarema



Saquarema, 03 de junho de 2025.

**Processo Administrativo nº 95/2025.**

**Assunto: Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados.**

**Ao Setor Responsável pela Formalização da Demanda Processual,**

Considerando o processo de nº 95/2025 que prevê a Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, venho por meio deste, nos termos do inciso IV do mesmo artigo, que trata sobre a instrução processual, informar que existe previsão orçamentária no **valor estimado de R\$ 52.000,00** conforme abaixo descrito Programa e Código de Despesa:

**PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 091220028.2.101000**

**FONTE DE RECURSOS Nº: 180200**

**CÓDIGO Nº: 1265**

**ELEMENTO DE DESPESA Nº: 3.3.90.39.99.00.00**





**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(IN SEGES nº 81 de 25/11/2022)

(IN SEGES nº 81 de 25/11/2022 e Art. 187. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei – da Lei nº 14.133/2021, diante da ausência de norma específica no âmbito Municipal.)

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES.  
Processo Administrativo nº: 95/2025.

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS:**

- A) SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO;
- B) A ESPECIFICAÇÃO DO BEM OU DO SERVIÇO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA;
- C) A INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS, QUANDO FOR O CASO;
- D) A ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

A presente contratação tem por objeto a disponibilização de licença de uso, pelo período de **60 (sessenta) meses**, prorrogável, de software especializado em monitoramento institucional, com foco na obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação previsto no Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência, incluindo também os serviços de implantação, parametrização, treinamento e migração de dados históricos.

- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES, QUANDO ELABORADOS:**

- 2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente processo administrativo.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, COM PREFERÊNCIA A ARRANJOS INOVADORES EM SEDE DE ECONOMIA CIRCULAR:**



3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente processo administrativo.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se fundamentados no Estudo Técnico Preliminar anexo aos autos.

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:

A presente contratação, a ser realizada por inexigibilidade de licitação, tem como objeto a disponibilização de licença de uso de software especializado em monitoramento institucional por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, incluindo os serviços de implantação, parametrização, treinamento de usuários e migração de dados, conforme diretrizes estabelecidas pelo Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência.

A solução será fornecida por empresa detentora de atestado de exclusividade, devidamente comprovado, sendo, portanto, única representante legal e autorizada a comercializar, implantar e prestar suporte técnico ao software objeto da contratação.

##### Componentes da Solução

A solução contratada compreenderá os seguintes componentes:

##### 1. Software Especializado

- Sistema 100% web, responsivo, com acesso via navegador, sem necessidade de instalação local;
- Módulos voltados à **gestão dos eixos do Pró-Gestão**: Governança Corporativa, Educação Previdenciária, Controle Interno e Comunicação com o Segurado;
- Funcionalidades para:
  - Registro, acompanhamento e controle de evidências de conformidade;
  - Emissão de relatórios gerenciais e técnicos;
  - Gestão de planos de ação e não conformidades;
  - Controle de indicadores de desempenho;
  - Geração de trilhas de auditoria.

##### 2. Implantação e Parametrização

- Customização inicial do sistema conforme a estrutura organizacional do RPPS;
- Definição de perfis de usuários e fluxos internos;
- Parametrização de metas, indicadores e práticas exigidas pelo Pró-Gestão;
- Planejamento e execução da **migração dos dados históricos** e documentos digitais da solução anterior (quando existente), com garantia de integridade.

##### 3. Capacitação de Usuários

- Treinamento remoto ou presencial (a depender da conveniência da Administração);



- Disponibilização de manuais do usuário e vídeos tutoriais;
- Suporte durante o período inicial de operação assistida.

#### Manutenção e Assistência Técnica

A contratada deverá prestar, durante toda a vigência do contrato, os seguintes serviços de **manutenção e suporte técnico**, sem ônus adicional para a Administração:

- **Manutenção corretiva:** correção de falhas, erros ou anomalias detectadas no funcionamento do software;
- **Manutenção evolutiva:** atualizações relacionadas a melhorias, novos requisitos do Manual do Pró-Gestão ou alterações legais que impactem a estrutura da certificação;
- **Atendimento técnico remoto**, com prazos máximos:
  - Até **24 horas úteis para falhas críticas** (que impeçam o uso do sistema);
  - Até **72 horas úteis para demais solicitações**;
- Disponibilização de **canal de suporte (help desk)** por e-mail, telefone ou sistema próprio;
- Atualizações automáticas e sem interrupção nos serviços contratados.

#### Sustentação e Garantia de Continuidade

- Hospedagem segura em ambiente de nuvem (cloud computing), com **alta disponibilidade (mínimo de 98% mensal)**;
- Execução de **backups automáticos periódicos**, com retenção mínima de 30 dias;
- Garantia de **conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, com gestão de perfis e rastreamento de acessos (logs);
- Em caso de término contratual, a empresa deverá garantir a **exportação integral dos dados em formato aberto e estruturado**, para fins de continuidade e auditoria.

#### Conclusão

A solução proposta garante o atendimento integral às exigências técnicas do Programa Pró-Gestão, com confiabilidade, suporte contínuo, segurança da informação e aderência comprovada. A contratação por inexigibilidade é plenamente justificada pelo **atestado de exclusividade apresentado**, configurando-se como a **única solução viável no mercado para atender de forma plena e imediata à necessidade da Administração**.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE:**



- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- **Fiscalização**
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133 de 2021, artigo 117, *caput*).
- **Fiscalização Técnica**
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133 de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246 de 2022, art. 22, II);
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246 de 2022, art. 22, III);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246 de 2022, art. 22, IV);
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o



término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

- **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

- **Gestor do Contrato**

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

### • Liquidação

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

- **Prazo de pagamento**

7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.12. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

- **Forma de pagamento**

7.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

7.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, OPTANDO-SE PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE TÉCNICA E PREÇO, CONFORME O DISPOSTO NO § 1º DO ART. 36 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, SEMPRE QUE**



**A AVALIAÇÃO E A PONDERAÇÃO DA QUALIDADE TÉCNICA DAS PROPOSTAS QUE SUPERAREM OS REQUISITOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL FOREM RELEVANTES AOS FINS PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO:**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **INEXIGIBILIDADE** de licitação, com fundamento na hipótese do **artigo 74, inciso I**, da Lei nº 14.133/2021.

- **Forma de Fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será de forma integral.

- **Exigências de habilitação**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) *SICAF*;

b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));*

c) *Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)*

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:
- **Habilitação jurídica**
- 8.14. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.16. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de



Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- 8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.22. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.23. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- **Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751 de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.28. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;
- 8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 está dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

• **Qualificação econômico-financeira e técnica**

8.34. A Administração deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados na Lei nº 14.133/2021, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo. Nesse sentido, a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, **ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do documento.** A exigência de qualificação técnica e econômica nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser excepcional e justificada, à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS:**

Item	Qtd.	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	60	Mês	Licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério de Previdência.	R\$4.000,00	R\$240.000,00
02	01	Unidade	Implantação	R\$4.000,00	R\$4.000,00
03	01	Unidade	Migração dos dados	R\$0,00	R\$0,00
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>R\$244.000,00</b>

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, QUANDO NÃO SE TRATAR DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE):**



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
IPRES – Instituto de Previdência dos Servidores  
Municipais de Saquarema



10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- i) **PROGRAMA DE TRABALHO N°: 091220028.2.101000.**
- ii) **FONTE DE RECURSOS N°: 180200.**
- iii) **CÓDIGO N°: 1265.**
- iv) **ELEMENTO DE DESPESA N°: 3.3.90.39.99.00.00.**

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

Saquarema, 09 de junho de 2025.



Documento assinado digitalmente  
**GABRIELA ALVES DE ARAÚJO**  
Data/Hora: 09/06/2025 11:35h

**Responsável pela Formalização da Demanda Processual**  
**Gabriela Alves de Araújo**  
**Diretora de Administração e Finanças**  
**Matrícula n° 66176-1**

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre este Termo de Referência e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,



Documento assinado digitalmente  
**NILMAR EPAMINONDAS**  
Data/Hora: 09/06/2025 11:38h  
Presidente

**Nilmar Epaminondas da Silva**  
**Presidente do IPRES**  
**Matrícula n° 9028**



Saquarema, 16 de junho de 2025.

**PROCESSO Nº: 95/2025.**

**ASSUNTO: JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

## JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

### **I DO OBJETO:**

Tratam os presentes autos de procedimento que tem por objeto a aquisição/contratação de empresa especializada para cessão de licença de uso, pelo período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento, destinado à obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme as diretrizes do Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência, incluindo, ainda, os serviços de implantação e migração de dados.

### **II DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE:**

No caso em análise, percebe-se a inviabilidade de competição para a aquisição, abrindo margem para cabimento de contratação através de inexigibilidade de licitação, conforme adiante se demonstrará.

### **III DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A presente contratação direta por inexigibilidade tem como objeto a contratação de empresa especializada, necessária para prestar serviços visando auxiliar as unidades gestoras de regimes próprios de previdência social na obtenção, manutenção, renovação ou alteração do nível da certificação, por meio do cumprimento das ações conforme o nível de aderência exigido pela unidade gestora, em conformidade com o Manual Vigente do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do RPPS, instituído pelo Ministério da Previdência.

Dessa maneira, com base no que foi exposto no tópico II- DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE , percebe-se o caráter exclusivo do objeto, ocorrendo desta forma a inviabilidade de competição para tal aquisição. Sendo assim, por este motivo, realizar-se-á contratação desta Instituição para a execução do serviço.

#### IV DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

*(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que foi revogada pela **Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021** Nova Lei de Licitações e Contratos.

Na aplicação da referida lei serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional

ável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **artigo 74 da Lei nº 14.133/2021** onde se verifica ocasião em que é cabível a **INEXIGIBILIDADE** de licitação:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*

*II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

*a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;*

*b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*

*c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*

*d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*

*e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;*

*h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras*

*e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;*

*IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*

*V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*

*§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*

*§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de*

*representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.*

*§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

*§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.*

*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*

*I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;*

*II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;*

*III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.*

Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005. P 347) sintetiza a inviabilidade de competição nas situações de: ausência de pluralidade de alternativas; ausência de mercado concorrencial; impossibilidade de julgamento objetivo; ausência de definição objetiva da prestação.

## **V - DAS COTAÇÕES E JUSTIFICATIVA DE PREÇO:**

O Instituto entende que o **valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), perfazendo-se o valor total anual em R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), somado ao valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a ser pago em uma única parcela** é proporcional aos benefícios esperados e os esforços disponíveis para serem auferidos, mesmo que essa mensuração seja muito embora subjetiva. Contudo, entendemos razoável investir tal valor, pois é de grande relevância para as atividades do Instituto.

Além disso, comprova-se que o preço ofertado a esta Autarquia para a aquisição dos produtos/serviços é próximo daquele praticado pela empresa para outros municípios, conforme se comprova através de notas fiscais em anexo.

## **VII - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:**

Identificada a necessidade pelo Instituto requerente de promover a aquisição do material/serviço, buscou-se no mercado por empresas que possuem esse conteúdo.



Dessa forma, encontrou-se a empresa **Nexa Soluções em Gestão e Tecnologia LTDA**, CNPJ nº 52.250.742/0001-79, com sede na Rua Andradas, nº 258 Parte 102 Areal Araruama/RJ, CEP 28.976-126.

Assim, pela natureza do objeto e singularidade do conteúdo produzido, justifica-se a contratação direta com o fornecedor mencionado.

#### **VIII DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL:**

A Administração deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados na Lei nº 14.133/2021, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo.

Nesse sentido, a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, ou

mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do documento.

A exigência de qualificação técnica e econômica nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021, deve ser excepcional e justificada, à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme os anexos.

#### **IX DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

**PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 091220028.2.101000;**

**FONTE DE RECURSOS Nº: 180200;**

**CÓDIGO Nº: 1265;**

**ELEMENTO DE DESPESA Nº: 3.3.90.39.99.00.00.**

**INCLUSÃO:**

Diante de todo o exposto, considerando a notável especialização da empresa fornecedora e sua singularidade a inexigibilidade é cabível. Além disso, a empresa fornecedora cumpre os requisitos necessários para a contratação direta, bem como apresenta preço razoável. Com isso, diante do interesse público e zelando pelo cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, a presente contratação é justificável



**Renata Beatriz Souza Azedias**

**Agente de Contratação**

**Matrícula nº 0007/IPRES**





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
IPRES - Instituto de Previdência dos Servidores  
Municipais de Saquarema



**AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo nº 95/2025.

**Assunto: Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados.**

Autorizo, com respaldo nas justificativas apresentadas nos autos do processo administrativo nº 95/2025, confirmado através da emissão do parecer favorável da Procuradoria Jurídica e ainda da análise conclusiva da Diretoria de Controle Interno, a **INEXIGIBILIDADE** de licitação, em favor da empresa **Nexa Soluções em Gestão e Tecnologia LTDA, CNPJ nº 52.250.742/0001-79, com sede na Rua Andradas, nº 258 Parte 102 Areal Araruama/RJ, CEP 28.976-126, para aquisição/contratação do objeto: contratação de empresa especializada para cessão de licença de uso, pelo período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de software especializado em monitoramento, destinado à obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme as diretrizes do Manual do Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão do Ministério da Previdência, incluindo, ainda, os serviços de implantação e migração de dados, no valor anual de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mais o valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fundamentado no artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

Saquarema, 11 de julho de 2025.



**Nilmar Epaminondas da Silva**

**Presidente do IPRES**

**Matrícula nº 9028**

[Home](#) > [Execução das Contratações](#) > [Contrataç](#)

## Divulgação do Processo de Compra



## Resumo da Contratação

Visualize os dados de uma contrat

Execução da Contratação: 931112 - 14

## Dados Básicos da Contrata

## Número do Processo

95/2025

## Fundamento Legal

Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de generos ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos

## Categoria

Serviços

## Moeda

Real

## Tipo de objeto

Não se aplica

## Objeto

Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados.

## Informações Complementares

O valor anual da contratação ficou no importe de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mais o valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Divulgar a contratação



FECHAR

## Lista de Materiais e/ou Serviços Incluídos ^

[1](#) Licenciamento de direitos permanent...

Código: 27464

[<apelido>](#)

Quantidade Total: 12

Unidade Fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado (unitário): [R\\$ 4.000,0000](#)DetalhesLocais de EntregaResultado

## Descrição do Item:

Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados. O valor anual da contratação ficou no importe de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mais o valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Quantidade Total: 12

Unidade Fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado (unitário): R\$ 4.000,0000

Valor Estimado (total): R\$ 48.000,00

Orçamento Sigiloso: Não

Tipo de Item: Serviço

Classe/Grupo: Serviços de licenciamento e c...

Código NBS: &lt;não detalhado&gt;

## Informações Complementares:

O valor anual da contratação ficou no importe de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mais o valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Valor Empenhado: -

Nome do Serviço: Licenciamento de direitos permanentes de uso de software para servidor

## Divulgação do Processo de Compra

## Artefatos vinculados ^

 **Atenção.** Nenhum artefato

## Sucesso ao Divulgar Processo de Contratação



**Atenção!** A publicação da sua contratação no PNCP está sendo realizada. Por favor aguarde enquanto os demais dados cadastrados são processados e divulgados. O envio continuará sendo processado mesmo que esta janela seja fechada.

## Anexos ^

Processo de divulgação da contratação iniciado. Id da contratação no PNCP: 32557811000184-1-000014/2025

Nome do arquivo	T	Divulgado	Ações		
01. DFD.pdf	D				
02. ETP.pdf	Estudo Técnico Preliminar	29/07/2025	2561.437 KB	Não	
04. PP.pdf	Outros	29/07/2025	1876.792 KB	Não	
03. AR.pdf	Mapa de Riscos	29/07/2025	823.638 KB	Não	
05. DO.pdf	Outros	29/07/2025	124.19 KB	Não	
06. TR.pdf	Termo de Referência	29/07/2025	1062.439 KB	Não	
07. JC.pdf	Outros	29/07/2025	201.99 KB	Não	
08. AP.pdf	Outros	29/07/2025	123.577 KB	Não	

## Responsáveis ^

CPF	Nome	Cargo/Função
777.684.777-15	NILMAR EPAMINONDAS DA SILVA	Autoridade competente
131.988.917-44	GABRIELA ALVES DE ARAUJO	Responsável pela contratação direta

[Divulgar a contratação](#)


Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Atendimento - por meio do endereço eletrônico: <https://portaldeservicos.economia.gov.br> ou do telefone 0800.978.9001.

# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 14/2025

Última atualização 29/07/2025

**Local:** Saquarema/RJ **Órgão:** INSTITUTO DE BENEF E ASSIST DOS SERV MUNIC DE SAQUAREMA

**Unidade compradora:** 931112 - INSTITUTO DE PREV DOS SERV MUN SAQUAREMA

**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 29/07/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 32557811000184-1-000014/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

## Objeto:

Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados.

## Informação complementar:

O valor anual da contratação ficou no importe de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mais o valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 48.000,00	R\$ 48.000,00

[Itens](#)[Arquivos](#)[Histórico](#)

Número ↕

Descrição ↕

Quantidade ↕

Valor unitário estimado ↕

1	Licenciamento de direitos permanentes de uso de software para servidor Contratação de empresa para disponibilização de licença de uso por um período de 60 (sessenta) meses, prorrogável, de Software especializado em monitoramento para obtenção, manutenção, renovação e alteração do nível de certificação, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional Pró Gestão do Ministério da Previdência, bem como serviços de implantação e migração de dados. O valor anual da contratação ficou no importe de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mais o valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O valor anual da contratação ficou no importe de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mais o valor da implantação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).	12	R\$ 4.000,00
---	---	----	--------------

Exibir:  1-1 de 1 itensPágina:  < >[< Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

